**EDITAL Nº 01/2023**

**PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR**

O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA – do Município de Muitos Capões – RS, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 139 da Lei Federal nº 8.069 (ECA), Lei Municipal nº 220/2003 e da Resolução COMDICA nº 001/2019, torna pública a abertura das inscrições para o processo de escolha de Conselheiros Tutelares para atuarem no Município de Muitos Capões/RS e dá outras providências.

**1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**1.1** O presente edital visa divulgar as normas, datas e procedimentos para o processo de escolha de 05 (cinco) membros titulares e 05 (suplentes) do Conselho Tutelar de Muitos Capões/RS, para cumprimento de mandato de 4 (quatro) anos, no período de 10 (dez) de janeiro de 2024 a 9 (nove) de janeiro de 2028, em conformidade com o art. 139, §2º, da Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

**1.2** O procedimento para a escolha dos Conselheiros Tutelares ficará a cargo da Comissão Especial Eleitoral e será realizado em 04 (quatro) etapas:

**1.2.1** Inscrição de candidatos;

**1.2.2** Avaliação Psicológica, de caráter eliminatório;

**1.2.3** Prova escrita, de caráter eliminatório; e

**1.2.4** Eleição dos candidatos através de voto direto, secreto, universal e facultativo dos cidadãos do Município, conduzida pelo COMDICA e fiscalizada pelo Ministério Público.

**1.3** A Comissão Especial Eleitoral a que se refere o item “1.2” é composta, nos termos da Resolução nº 001/2023 do COMDICA, por integrantes do referido Conselho, representantes da Administração e das entidades da sociedade civil, sendo eles:

**1.3.1 TIAGO DA SILVA MAGERO**

**1.3.2 ADRIANO DA SILVA BOEIRA**

**1.3.3** **JANAINA VARASCHIN**

**1.4** A Comissão Especial Eleitoral tem como Presidente o Sr. **TIAGO DA SILVA MAGERO.**

**2. DA FUNÇÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR**

**2.1 Da natureza:**

**2.2.1** O exercício efetivo da função de Conselheiro Tutelar constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.

**2.2.2** O exercício da função de Conselheiro Tutelar requer dedicação exclusiva, sendo vedado o exercício simultâneo de qualquer outro cargo, emprego ou função pública ou privada.

**2.2.3** O membro do Conselho Tutelar é detentor de mandato eletivo, não incluído na categoria de servidor público em sentido estrito, não gerando vínculo empregatício com o Poder Público Municipal.

**2.2 Das atribuições:**

São atribuições do Conselheiro Tutelar:

**I –** atender às crianças e adolescentes sempre que seus direitos forem ameaçados ou violados;

**II –** atender e aconselhar os pais ou responsáveis, aplicando as medidas previstas em Lei;

**III –** promover a execução de suas decisões, podendo, para tanto:

**a)** requisitar serviços públicos no âmbito do Município, nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;

**b)** representar junto à autoridade judicial nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.

**IV –** encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança e do adolescente;

**V –** encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;

**VI –** providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária quanto a:

**a)** encaminhamento de pais ou responsáveis, mediante termo de responsabilidade;

**b)** orientação, apoio e acompanhamento temporários;

**c)** matrícula e frequência obrigatória em estabelecimento oficial de ensino fundamental;

**d)** inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;

**e)** inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente;

**f)** requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;

**g)** abrigo em entidade;

**h)** colocação em família substituta.

**VII –** expedir notificações;

**VIII –** requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente, quando necessário;

**IX –** assessorar o Poder Executivo na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

**X –** representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no inciso II do § 3º do artigo 220 da Constituição da República de 1988;

**XI –** representar ao Ministério Público, para efeito das ações de perda ou suspensão do pátrio poder.

**2.3 Da carga horária:**

**2.3.1** O Conselheiro Tutelar exercerá suas funções durante o horário de expediente do Conselho Tutelar, de segundas a sextas-feiras, no horário das 08 horas às 18 horas.

**2.3.2** Além da jornada referida no item “2.3.1”, o Conselheiro Tutelar deverá exercer suas atividades nos horários de plantão nos dias de semana, à noite, e nos sábados, domingos e feriados, durante as vinte e quatro horas do dia, conforme escala de horários de atendimento.

**2.3.3** Todos os membros do Conselho Tutelar serão submetidos à mesma carga horária semanal de trabalho, bem como aos mesmos períodos de plantão ou sobreaviso, sendo vedado qualquer tratamento desigual.

**2.4 Da remuneração e direitos:**

**2.4.1** Os Conselheiros Tutelares titulares receberão, a título de remuneração mensal, o valor de R$ 1.651,65 (Um Mil Seiscentos e Cinquenta e Um Reais e Sessenta e Cinco Centavos).

**2.4.2** São assegurados aos Conselheiros Tutelares, ainda, os seguintes direitos:

**I –** cobertura previdenciária;

**II –** gozo de férias anuais remuneradas, com acréscimo de um terço sobre a remuneração mensal;

**III –** licença-maternidade;

**IV –** licença-paternidade;

**V –** gratificação natalina;

**VI –** vale-alimentação.

**2.4.3** Os Conselheiros Tutelares terão direito a diárias ou ajuda de custo para assegurar a indenização de suas despesas pessoais quando, fora do Município, participarem de eventos de formação, seminários, conferências, encontros e outras atividades semelhantes, e quando nas situações de representação do conselho, nos moldes da Lei Municipal.

**2.5 Do mandato:**

**2.5.1** Os Conselheiros Tutelares eleitos terão mandato de 04 (quatro) anos, a contar de 10 de janeiro de 2024, permitida recondução em caso de nova eleição, na qual concorrerá em igualdade de condições com os demais candidatos.

**3. DAS INSCRIÇÕES**

**3.1 Disposições gerais**

**3.1.1** A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, bem como das decisões que possam ser tomadas pela Comissão Especial Eleitoral em relação as quais não poderá alegar desconhecimento.

**3.1.2** A inscrição será gratuita e deverá ser realizada pessoalmente pelo candidato.

**3.1.3** As informações prestadas na Ficha de Inscrição, bem como o seu preenchimento, são de exclusiva responsabilidade do candidato, ficando sob sua inteira responsabilidade as informações prestadas, arcando com as consequências de eventuais erros de preenchimento da ficha.

**3.2 Do período de inscrições:**

As inscrições ficarão abertas do dia **10/04/2023 a 12/05/2023**, em horário de atendimento ao público das 08h00 às 11h45 e das 13h00 às 16h30. Devem ser realizadas pessoalmente pelo candidato não sendo admitidas inscrições por e-mail ou outra forma digital.

**3.3 Do local das inscrições:**

As inscrições serão realizadas na Prefeitura Municipal de Muitos Capões – RS, à Rua Dorval Antunes Pereira, nº 950, Centro, em Muitos Capões – RS.

**3.4 Dos documentos para a inscrição:**

**3.4.1** Ficha de inscrição (Anexo III), devidamente preenchida, em modelo fornecido pelo município;

**3.4.2** Cópia autenticada da Carteira de Identidade ou documento equivalente, para comprovar idade superior a 21 anos;

**3.4.3** Certidões Negativas da Justiça Estadual e Federal de condenação com sentença transitada em julgado por contravenções penais, crimes comuns e especiais;

**3.4.4** Cópia autenticada do Título Eleitoral e Certidão de Quitação da Justiça Eleitoral.

**3.4.5** Cópia autenticada de conta de energia elétrica, água ou telefone, guia de pagamento de imposto ou contrato de locação de imóvel, em nome do candidato, dos últimos 05 (cinco) anos. Caso o candidato não possua estes documentos em seu nome, poderá comprovar a residência por meio de declaração com firma reconhecida em cartório, acompanhada de cópia de um dos documentos antes citados em nome da pessoa com quem declara residir.

**3.4.6** Cópia autenticada de certidão, diploma ou histórico escolar, expedido por estabelecimento de ensino público ou particular, devidamente reconhecido pela legislação vigente, comprovando, no mínimo, a conclusão do Ensino Fundamental.

**3.4.7** Uma foto 3x4.

**3.4.8** As cópias apresentadas não serão devolvidas em hipótese alguma.

**3.4.9** A autenticação dos documentos a que se refere o caput poderá ser realizada por membro da Comissão Especial Eleitoral, a vista do documento original, que deverá ser fornecido no momento da inscrição.

**3.5 Da homologação e impugnação das inscrições:**

**3.5.1** O deferimento da inscrição dar-se-á após a verificação do correto preenchimento da Ficha de Inscrição e apresentação da documentação exigida neste Edital, que é de exclusiva responsabilidade do candidato, não sendo admitida a entrega de qualquer documento após o prazo de encerramento das inscrições.

**3.5.2** A relação de inscrições realizadas será publicada, pela Comissão Especial do processo de escolha em locais oficiais de publicação do Município, inclusive em sua página eletrônica www.muitoscapoes.rs.gov.br, encaminhando-se cópia ao Ministério Público.

**3.5.3** Caso o número de candidatos inscritos seja inferior a 10 (dez), o COMDICA, mediante deliberação, poderá publicar Edital suspendendo o trâmite do processo de escolha e reabrindo prazo para novas inscrições, por mais 10 (dez) dias, sem qualquer prejuízo aos candidatos já inscritos.

**3.5.4** Após a publicação do Edital respectivo, o candidato que não tiver sua inscrição homologada, poderá, em 02 (dois) dias úteis, apresentar recurso à Comissão Especial Eleitoral que será julgado em até 01 (um) dia útil.

**3.5.5** Após a ciência da decisão da Comissão Eleitoral Especial, por Edital, o candidato que permanecer sem homologação de sua inscrição poderá apresentar recurso, no prazo de 01 (um) dia útil para o Plenário do COMDICA, que decidirá em igual período, publicando sua decisão, da mesma forma, no prazo de 01 (um) dia útil.

**3.5.6** Concluídos os prazos para recursos de impugnações e julgados aqueles eventualmente interpostos, serão homologadas em definitivo as inscrições e será publicado novo Edital pelo COMDICA e Comissão Especial Eleitoral constando a lista final dos candidatos com candidatura registrada, iniciando-se, então, a Segunda Fase da Inscrição, na qual os candidatos serão submetidos à Avaliação Psicológica.

**3.5.6.1** Constitui motivo de impugnação o não preenchimento de qualquer dos requisitos para a candidatura ou a incidência de alguma hipótese de impedimento para o exercício da função de Conselheiro Tutelar prevista na legislação em vigor.

**3.5.6.2** As impugnações podem ser apresentadas por qualquer cidadão ou pelo representante do Ministério Público, com a devida fundamentação e comprovação das razões alegadas, através de formulário próprio fornecido pela Comissão Especial Eleitoral, no prazo de 02 (dois) dias úteis.

**3.5.7** Para analisar e decidir acerca das impugnações, poderá a Comissão realizar reuniões e, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos e a realização de outras diligências que se fizerem necessárias, no prazo de 02 (dois) dias úteis.

**3.5.8** Vencidas as fases de impugnação e recurso, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente publicará o resultado de análise dos recursos e lista dos candidatos habilitados pelo COMDICA, convocando a participação dos habilitados a prova de conhecimentos.

### 4. DA AVALIÇÃO PSICOLÓGICA

**4.1** As Avaliações Psicológica serão realizadas por dois profissionais distintos designados pela Comissão Especial Eleitoral, em dia e horário publicados nos meios de imprensa oficiais e no mural da Prefeitura Municipal de Muitos Capões, para analisar as condições físicas, mentais e psicológicas dos candidatos.

**4.2.** Os profissionais referidos no item 4.1. elaborarão Parecer Conclusivo se os candidatos estão ou não aptos a desempenhar a função de Conselheiros Tutelares, levando-se em consideração as exigências e peculiaridades do cargo.

**4.3.** A Comissão, a partir dos Pareceres, publicará Edital contendo a relação das candidaturas registradas em face de estarem os candidatos aptos, convocando-os para a Terceira Fase da Inscrição.

**4.4** Do Edital publicado caberá pedido de reconsideração à Comissão Especial Eleitoral no prazo de 03 (três) dias úteis, sendo que a Comissão Especial Eleitoral deverá se manifestar em igual prazo. Mantida a decisão caberá Recurso ao Plenário do COMDICA também por 03 (três) dias úteis. O Conselho manifestar-se-á no mesmo prazo acerca do recurso e será publicado, então, novo Edital Homologatório.

**4.5** As características da avalição psicológica estão relacionadas no anexo I presente neste Edital.

### 

### 5. DA PROVA ESCRITA:

**5.1 Da elaboração e aplicação das provas:**

**5.1.1** Os candidatos com a candidatura devidamente registrada listados no Edital a que se refere o item 4.3 do presente Edital passarão à Terceira Fase da Inscrição, na qual submeter-se-ão à prova escrita, de caráter eliminatório, a ser aplicada em dia e local a ser definido em Edital da Comissão Especial Eleitoral, publicada em todos os meios oficiais e no mural da Prefeitura Municipal.

**5.1.2** A prova objetiva será composta de 20 (vinte) questões de múltipla escolha, envolvendo Língua Portuguesa e a Lei Federal nº 8.069/90 – ECA, cujo grau de complexidade será diretamente proporcional à escolaridade exigida para o seu exercício.

**5.1.3** O conteúdo programático está relacionado no anexo II presente neste Edital.

**5.1.4** A todas as questões corretas serão atribuídos 05 (cinco) pontos, de modo que a prova totalizará 100 (cem) pontos.

**5.1.5** A nota final de cada candidato será apurada pela média aritmética das notas obtidas nas questões.

**5.1.6** Cada questão conterá quatro opções de resposta e somente uma será considerada correta.

**5.1.7** A prova objetiva será reproduzida em igual número ao dos candidatos que tiverem as inscrições homologadas definitivamente, o que se dará em sessão sigilosa realizada pela Comissão Especial Eleitoral.

**5.1.8** Ultimadas as cópias, juntamente com a via original que conterá o gabarito a ser utilizado na correção, serão as provas acondicionados em envelopes lacrados e rubricados pelos integrantes da Comissão Especial Eleitoral, os quais permanecerão guardados em local seguro até o dia da aplicação das provas.

**5.1.9** As provas conterão parte destacável, numerada sequencialmente, iniciando-se em 01 (zero um) e se destinará à identificação dos candidatos.

**5.1.10** Os candidatos deverão comparecer ao local de aplicação das provas com antecedência mínima de trinta minutos, munidos de:

**5.1.10.1** comprovante de inscrição;

**5.1.10.2** documento oficial com foto; e

**5.1.10.3** caneta esferográfica azul.

**5.1.11** Os candidatos que não estiverem presentes no interior da sala de aplicação das provas no horário definido serão excluídos do certame.

**5.1.12** O candidato que deixar de exibir documento oficial com foto, antes de cada prova, será excluído do certame.

**5.1.13** Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia da realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, noventa dias, ocasião em que será submetido à identificação especial, compreendendo coleta de dados e de assinaturas em formulário próprio.

**5.1.14** No horário definido para início das provas, os fiscais convidarão dois candidatos para conferirem o lacre do envelope, removendo-o à vista de todos os presentes.

**5.1.15** Distribuídas as provas, inicialmente os candidatos conferirão a presença das 20 (vinte) questões, passando-se ao preenchimento do nome completo,exclusivamente no canhoto destacável, o qual será imediatamente recolhido pelos fiscais e lacrado em envelope específico.

**5.1.16** Os cadernos de provas deverão ser preenchidos pelos candidatos mediante a utilização de caneta esferográfica azul, assinalando-se apenas uma alternativa em cada questão.

**5.1.17** Não serão consideradas válidas, atribuindo-se pontuação zero, as questões que forem respondidas a lápis, sem posterior confirmação à caneta.

**5.1.18** Também será anulada a questão que apresentar mais de uma alternativa assinalada pelo candidato, ou que contiver rasuras ou borrões.

**5.1.19** Será anulada integralmente a prova que contiver assinaturas ou sinais que permitam a identificação do candidato, ressalvado o numeral impresso pela Comissão Especial Eleitoral.

**5.1.20** O candidato que se retirar do local de provas não poderá retornar, ressalvados os casos de afastamento da sala com acompanhamento de um fiscal.

**5.1.21** Não será permitido ao candidato retirar o caderno de questões da prova.

**5.1.22** Será retirado do local das provas e desclassificado do Processo o candidato que:

**5.1.22.1 –** apresentar atitude de desacato, desrespeito ou descortesia para com as pessoas encarregadas pela realização ou aplicação das provas ou com os outros candidatos;

**5.1.22.2** durante a realização da prova demonstrar comportamento inconveniente ou for flagrado comunicando-se com outros candidatos ou pessoas estranhas, por gestos, palavras ou por escrito, bem como se utilizando de livros, notas ou impressos;

**5.1.22.3** durante a realização das provas estiver fazendo uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (bip, telefone celular, relógios, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook, palmtop,* receptor, gravador, *smartphone* ou outros equipamentos similares), bem como protetores auriculares.

**5.1.23** Na ocorrência das hipóteses previstas no item 5.1.22 será lavrado “auto de apreensão de prova e exclusão de candidato”, fazendo-se constar o fato com seus pormenores, o qual será assinado por, no mínimo, um fiscal e pelo candidato eliminado.

**5.1.24** Em caso de recusa do candidato a assinar o auto de apreensão de prova e exclusão de candidato o fato será certificado à vista da assinatura de duas testemunhas.

**5.1.25** No horário aprazado para o encerramento das provas serão estas recolhidas, independentemente de terem ou não sido concluídas integralmente pelos candidatos.

**5.1.26** Durante a realização das provas, quaisquer ocorrências serão objeto de registro em ata.

**5.2 Da correção, dos recursos e resultado final:**

**5.2.1** No prazo de 03 (três) dias úteis a Comissão Especial Eleitoral deverá proceder à correção das provas.

**5.2.2** A correção se dará mediante comparação do gabarito padrão com as respostas assinaladas pelos candidatos no caderno de provas, registrando-se as pontuações individuais por questão e o total da nota atribuída à prova.

**5.2.3** Encerrada a correção de todas as provas e registradas as notas auferidas, será procedida a abertura dos envelopes contendo os canhotos de identificação, comparando-os com aqueles que contiverem igual numeração, para identificar a nota atribuída a cada candidato.

**5.2.4** Somente serão classificados os candidatos que obtiverem, no mínimo, cinquenta por cento da pontuação aferida à prova, sendo os demais excluídos do processo.

**5.2.5** Ultimada a identificação dos candidatos, a totalização das notas o resultado preliminar será publicado por meio de Edital no mural da Prefeitura Municipal, no mural do Conselho Tutelar e no site oficial do Município na internet.

**5.2.6** Da classificação preliminar dos candidatos e do gabarito oficial é cabível recurso endereçado à Comissão Especial Eleitoral, contendo a identificação do recorrente e as razões do pedido recursal, no prazo de 02 (dois) dias úteis.

**5.2.6** Será possibilitada vista da prova na presença da Comissão Especial Eleitoral, permitindo-se anotações.

**5.2.7** A Comissão referida no caput, no prazo de 02 (dois) dias úteis dias julgará o recurso.

**5.2.8** Havendo a reconsideração da decisão classificatória pela Comissão Especial Eleitoral, o nome do candidato passará a constar no rol de selecionados, sendo publicado novo Edital.

**5.2.9** Não havendo reconsideração, a Comissão Especial Eleitoralnotificará os recorrentes da sua decisão, por Edital, dentro de 01 (um) dia da deliberação para que estes possam interpor recurso perante o COMDICA no prazo de 02 (dois) úteis do Edital de Notificação.

**5.2.10** O COMDICA tem 02 (dois) dias úteis para julgar o recurso e expedir Edital com a lista definitiva dos candidatos classificados para participarem da eleição.

**5.2.11** Se, ao julgar os recursos, o COMDICA verificar a ocorrência de empate em relação às notas recebidas por dois ou mais candidatos, terá preferência na ordem classificatória, sucessivamente, o candidato que tiver obtido a maior nota na prova da Lei nº 8.069/90 – ECA.

**5.2.12** Mantido o empate, este será decidido por meio de sorteio em ato público, em local e horário previamente definido pela Comissão Especial Eleitoral e divulgado por meio de Edital.

**5.2.13** A aplicação do critério de desempate será efetivada após a análise dos recursos e antes da publicação da lista final dos selecionados.

**5.2.14** No Edital que divulgar o resultado definitivo, com a classificação dos aprovados na prova escrita, constará a convocação para que estes se apresentem para sorteio em ato público a fim de atribuir o número a cada um deles, cujo resultado será publicado por Edital.

**6. DO PROCESSO ELEITORAL**

**6.1 Das Instâncias Eleitorais:** Constituem instâncias eleitorais:

**6.1.1** COMDICA; e

**6.1.2** a Comissão Especial Eleitoral.

**6.1.3.** Compete ao COMDICA:

**6.1.3.1** expedir Resoluções acerca do processo eleitoral naquilo que se fizer necessário;

**6.1.3.2** julgar:

**6.1.3.2.1** os recursos interpostos contra as decisões da Comissão Especial Eleitoral;

**6.1.3.2.2** as impugnações ao resultado geral da eleição;

**6.1.3.3** publicar o resultado geral da eleição; e

**6.1.3.4** proclamar os eleitos.

**6.1.4** Compete à Comissão Especial Eleitoral:

**6.1.4.1** coordenar o processo eleitoral e dar-lhe ampla publicidade, o que inclui a elaboração, aplicação e correção da prova escrita, de caráter eliminatório;

**6.1.4.2** receber, analisar e homologar o registro das candidaturas, fazendo-se publicar a relação dos candidatos habilitados, com cópia ao Ministério Público;

**6.1.4.3** receber e analisar as impugnações e recursos apresentadas pelos interessados em todas as fases do processo de escolha, encaminhando-as ao Presidente do COMDICA, quando for o caso;

**6.1.4.4** notificar os candidatos, concedendo-lhes prazo para defesa, no caso de impugnações e outros recursos de que sejam partes interessadas;

**6.1.4.5** realizar reuniões destinadas a dar conhecimento formal das regras do processo de escolha aos candidatos considerados habilitados, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição das sanções previstas na legislação local;

**6.1.4.6** selecionar, preferencialmente junto aos órgãos públicos municipais, os mesários e escrutinadores, bem como seus respectivos suplentes, que serão previamente orientados sobre como proceder no dia do processo de escolha;

**6.1.4.7** publicar a lista dos mesários e dos fiscais da votação;

**6.1.4.8** receber, processar e julgar as impugnações a mesários e apuradores;

**6.1.4.9** escolher e divulgar os locais do processo de escolha;

**6.1.4.10** notificar o Ministério Público de todas as fases do processo de escolha;

**6.1.4.11** solicitar ao comando da Polícia Militar, efetivo para garantir a ordem e a segurança dos locais de votação e apuração;

**6.1.4.12** fiscalizar a eleição e a apuração dos votos;

**6.1.4.13** processar e decidir as denúncias referentes à propaganda eleitoral;

**6.1.4.14** receber e divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial do processo de escolha, encaminhando o material referente ao pleito ao COMDICA;

**6.1.4.15** tomar todas as demais providências necessárias para a realização do pleito; e

**6.1.4.16** resolver os casos omissos.

**6.1.5** Para analisar e decidir acerca de recursos e impugnações poderá a Comissão realizar reuniões e, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos e a realização de outras diligências que se fizerem necessárias.

**6.1.6** As decisões da Comissão Especial Eleitoral serão tomadas pela maioria de seus membros.

**6.2 Da Propaganda Eleitoral:**

**6.2.1** O período de propaganda eleitoral terá início no dia imediatamente posterior ao da publicação do Edital que indica o número de cada candidato, encerrando-se 02 (dois) dias antes do dia da eleição.

**6.2.2** Toda propaganda eleitoral será realizada sob a responsabilidade dos candidatos, que responderão solidariamente pelos excessos praticados por seus simpatizantes.

**6.2.3** Não será permitida propaganda eleitoral que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa.

**6.2.4** Considera-se propaganda eleitoral que implique grave perturbação à ordem a que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana.

**6.2.5** Considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos a oferta, a promessa ou a entrega de dinheiro, dádivas, benefícios ou vantagens de qualquer natureza, incluídos brindes de pequeno valor, em troca de apoio a candidaturas.

**6.2.6** Considera-se propaganda enganosa:

**6.2.6.1** promessa de resolver eventuais demandas que não se enquadrem nas atribuições do Conselho Tutelar;

**6.2.6.2** a criação de expectativas na população que, sabidamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar; e

**6.2.6.3** qualquer outra prática que induza dolosamente o eleitor a erro com objetivo de auferir vantagem a candidaturas.

**6.2.7** Qualquer cidadão, fundamentadamente, poderá denunciar à Comissão Especial Eleitoral a existência de propaganda eleitoral irregular.

**6.2.8** A Comissão Especial Eleitoral processará e decidirá as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura.

**6.2.9** Nos casos de denúncias caberá a Comissão notificar o candidato denunciado no prazo de 01 (um) dia útil a partir da ciência da denúncia.

**6.2.10** O candidato notificado terá o prazo de 01 (um) dia útil a contar da notificação para encaminhar defesa à Comissão Especial Eleitoral.

**6.2.11** Para instruir sua decisão, a Comissão Especial Eleitoral poderá ouvir testemunhas, determinar a produção de outras provas e efetuar diligências, tendo o prazo de 03 (três) dias úteis para chegar a conclusão sobre a denúncia.

**6.2.12** O candidato e o denunciante serão notificados da decisão da Comissão Especial Eleitoral no prazo de 01 (um) dia útil a contar desta.

**6.2.13** Da decisão da Comissão Especial Eleitoral, caberá recurso ao COMDICA, que deverá ser apresentado em 01 (um) dia útil, a contar da notificação.

**6.2.14** O COMDICA deverá manifestar-se sobre o recurso em até 03 (três) dias úteis do seu recebimento.

**6.3 Dos mesários:**

**6.3.1** Os mesários serão, preferencialmente, servidores indicados pelos Poderes Executivo e Legislativo municipais, nominalmente, em número a ser definido pelo COMDICA, suficiente para atender à demanda do processo de eleição.

**6.3.2** Na impossibilidade de completar-se o quadro de mesários com servidores municipais, o COMDICA e a Comissão Eleitoral ficam autorizados a convocar outros cidadãos, indicados pelas entidades representativas da sociedade civil que compõem o COMDICA.

**6.3.3** A atuação dos representantes das entidades referidas no parágrafo anterior será gratuita.

**6.3.4** Não podem atuar como mesários:

**6.3.4.1** candidatos e seus parentes, ainda que por afinidade, até o segundo grau, em linha reta ou colateral;

**6.3.4.2** cônjuge ou companheiro de candidato; e

**6.3.4.3** pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para candidato.

**6.3.5** A lista contendo a nominata dos mesários que trabalharão na eleição será publicada em Edital pelo COMDICA, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da realização do pleito.

**6.3.6** O candidato ou qualquer cidadão poderá impugnar a indicação de mesário, fundamentadamente, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da publicação do Edital com a respectiva nominata, nos moldes do formulário cujo modelo constará anexo ao Edital de abertura das inscrições.

**6.3.7** A Comissão Especial Eleitoral processará e decidirá as impugnações a mesários no prazo de 03 (três) dias úteis do encerramento do prazo para a entrega das impugnações, notificando esses e os impugnantes de sua decisão, por Edital, dentro de 01 (um) dia útil a contar a decisão.

**6.3.8** Da decisão da Comissão Especial Eleitoral caberá recurso ao COMDICA, que deverá ser apresentado em 03 (três) dias úteis, contados da notificação por Edital.

**6.3.9** O COMDICA deverá manifestar-se sobre o recurso em até 03 (três) dias úteis do seu recebimento e publicará Edital com a relação definitiva dos mesários no prazo de 01 (um) dia útil da sua decisão.

**6.3.10** Compete aos mesários, antes do início da votação, verificar se o local escolhido para a eleição está em ordem, assim como o material remetido pela Comissão Especial Eleitoral, a urna e a cabine indevassável.

**6.3.11** Na hora designada para o início da votação, cumpridas as exigências previstas nesta Resolução, o Presidente da Mesa, a ser assim designado pela Comissão Especial Eleitoral, declarará iniciados os trabalhos.

**6.3.12** Os mesários devem orientar os eleitores para que, antes de ingressar no recinto da cabine, se apresentem à Mesa Eleitoral portando o documento oficial de identificação com fotografia.

**6.3.13** Os mesários registrarão na folha de controle de votação, o nome do eleitor e o número do documento com fotografia.

**6.3.14** Após o registro, o mesário deverá colher do eleitor sua assinatura na folha de controle de votação, quando este último deverá conferir seus dados.

**6.3.15** Compete ao Presidente da Mesa ou a quem designar como secretário, o registro de todos os acontecimentos que ocorrerem no curso da votação em ata, onde serão colhidas as assinaturas das partes envolvidas, bem como de eventuais testemunhas, quando houver.

**6.4 Da votação:**

### 6.4.1 Os locais de votação serão definidos pela Comissão Especial Eleitoral, observadas as zonas eleitorais estabelecidas pelo Tribunal Regional Eleitoral, que poderão ser agrupadas por local ou região para melhor atender à operacionalização do processo de escolha e serão divulgados por meio de Edital, com antecedência de 30 (trinta) dias da data da eleição.

### 6.4.2 Podem votar os maiores de 16 (dezesseis) anos, inscritos como eleitores do Município até o dia anterior ao da votação, devendo o eleitor apresentar, por ocasião da votação, o título de eleitor e o documento oficial com fotografia.

### 6.4.3 A identidade do eleitor poderá ser objeto de impugnação junto às mesas receptoras de votos, devendo tudo ser registrado em ata de votação.

### 6.4.4 O sigilo da votação será garantido por meio do isolamento do eleitor em cabine indevassável, onde serão afixadas listas com o nome, apelido e número do candidato.

### 6.4.5 O Presidente da Mesa Eleitoral, verificando chegar a hora do encerramento da votação e existindo eleitores ainda por votar, distribuirá senha para votação dos presentes no recinto, proibindo a partir desse horário o ingresso de outros eleitores que ali não estivessem nesse momento.

### 6.4.6 O encerramento da votação implica na lacração da urna eleitoral pelo Presidente da Mesa, assinado por todos os componentes da Mesa e pelos fiscais presentes ao ato.

**6.5 Da Fiscalização**

**6.5.1** Cada candidato poderá credenciar 01 (um) Fiscal para atuar junto à mesa receptora de votos, antes do início da votação.

**6.5.2** O fiscal receberá, neste momento, “crachá de identificação” que obrigatoriamente deverá ser usado durante todo o dia da eleição.

**6.5.3** Não será permitida a acumulação da função de fiscal com a de membro da Mesa Eleitoral, ou de qualquer outra função a ser exercida em razão da eleição.

**6.5.4** Se o fiscal verificar alguma irregularidade deverá comunicá-la ao Presidente da Mesa Eleitoral onde estiver atuando.

**6.5.5** O Presidente da Mesa Eleitoral verificará a natureza da irregularidade apontada pelo fiscal e tomará as providências para corrigi-la, se procedente, podendo indeferi-la, caso entenda que esta não tem cabimento.

**6.5.6** Caso o Presidente da Mesa Eleitoral não consiga resolver a ocorrência verificada, deverá entrar em contato imediatamente com um membro da Comissão Especial Eleitoral para auxiliá-lo.

**6.5.7** Os fiscais que atuarem perante as Mesas Eleitorais deverão assinar as atas de início e encerramento dos trabalhos.

**6.5.8** Eventual comportamento inadequado de parte do fiscal poderá resultar na determinação, pelo Presidente da Mesa, para que se retire do local da votação, sem qualquer prejuízo ao regular andamento do pleito.

**6.6 Das ocorrências e impugnações**

**6.6.1** As ocorrências e impugnações constantes das atas de votação referentes ao dia da eleição serão julgadas pelo Presidente da Mesa, ao final da votação e antes da apuração, salvo aquelas referentes ao parágrafo único do art. 65, que deverão ser julgadas no momento da impugnação.

**6.6.2** Das decisões do Presidente da Mesa caberá recurso ao COMDICA, que deverá ser apresentado no ato, por escrito e devidamente fundamentado, sob pena de não recebimento, salvo quanto aquelas referentes ao parágrafo único do art. 37, quando a decisão do Presidente de Mesa é soberana.

**6.6.3** O COMDICA terá o prazo de 03 (três) dias úteis a contar do recebimento dos recursos, que ocorrerá ao final do pleito, para julgá-los, o que não impede a publicação de Edital com o resultado preliminar do pleito.

**6.6.4** O resultado do julgamento dos recursos será notificado aos interessados no prazo de 01 (um) dia útil da deliberação da Comissão e caso altere o resultado das eleições será objeto de publicação de Edital.

**6.7 Da apuração e resultado**

**6.7.1** A apuração dos votos será realizada em um único local, a ser escolhido pela Comissão Especial Eleitoral e divulgado juntamente com a lista dos locais de votação, por Edital.

**6.7.2** Na fase de apuração da urna eleitoral será permitido ingresso ao recinto apenas dos candidatos, seus fiscais, os membros da Comissão Especial Eleitoral, do COMDICA e representante do Ministério Público, todos devidamente identificados por crachás fornecidos pela Comissão Especial Eleitoral.

**6.7.3** O Presidente da Comissão Especial Eleitoral determinará a abertura da apuração.

**6.7.4** Os candidatos e os fiscais deverão manter distância mínima pré-estabelecida da Mesa Apuradora, visando não atrapalhar o bom andamento dos trabalhos, sob pena de serem retirados do local de apuração.

**6.7.5** Os mesários expedirão boletim de apuração de cada urna apurada, o qual deverá conter:

**6.7.5.1** a data da eleição;

**6.7.5.2** o número de votantes;

**6.7.5.3** as seções eleitorais correspondentes;

**6.7.5.4** o local em que funcionou a mesa receptora de votos;

**6.7.5.5** o número de votos impugnados;

**6.7.5.6** o número de votos por candidato; e

**6.7.5.7** o número de votos brancos, nulos e válidos.

**6.7.6** Cópia do boletim de apuração será afixada em local onde possa ser consultada pelo público.

**6.7.7** Encerrada a apuração, os mesários entregarão o boletim e a ata de apuração e devolverão o material utilizado na eleição à Comissão Especial Eleitoral.

**6.7.8** Em caso de empate entre candidatos será considerado eleito aquele mais idoso.

**6.7.9** Encerrado o trabalho de todas as Mesas de Apuração, o Presidente da Comissão Especial Eleitoral, de posse do resultado e do material utilizado na eleição, pronunciará o resultado da apuração, declarará o encerramento dos trabalhos e providenciará a imediata lavratura da respectiva ata de encerramento que será assinada por ele, demais membros da Comissão, candidatos presentes, que assim desejarem, membros do COMDICA e representante do Ministério Público.

**6.7.10** A Comissão Especial Eleitoral, computados os dados constantes dos boletins de apuração, homologará o resultado preliminar da eleição e publicará Edital dando-lhe conhecimento.

**6.7.11** Do resultado preliminar cabe recurso ao COMDICA, o qual deverá ser apresentado em até 03 (três) dias úteis, a contar da publicação do Edital.

**6.7.12** O recurso deverá ser por escrito e devidamente fundamentado.

**6.7.13** O COMDICA decidirá os recursos em reunião convocada exclusivamente para esse fim, no prazo de 03 (três) dias úteis de seu recebimento e publicará Edital com o resultado definitivo do pleito.

**6.8 Da Posse dos eleitos**

**6.8.1** A posse dos Conselheiros Tutelares ocorrerá no dia 10 de Janeiro de 2024 e obedecerá ao disposto nº 220/2003, oportunidade em que prestarão o compromisso de defender, cumprir e fazer cumprir no âmbito de sua competência os direitos da criança e do adolescente estabelecidos na legislação vigente.

**6.8.2** Os eleitos serão diplomados e empossados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA, com registro em ata e nomeados pelo Prefeito Municipal, por Portaria.

**6.8.3** Será exigido para a posse a apresentação dos seguintes documentos:

**6.8.3.1** Declaração de bens;

**6.8.3.2** Declaração de acúmulo de cargo, emprego ou função pública ou privada.

**6.8.3.3** Declaração de que não é cônjuge, companheiro(a), ainda que em união homoafetiva, ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de nenhum outro Conselheiro eleito, bem como de que não mantém nenhuma destas relações com a autoridade judiciária e/ou com o(a) representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e Juventude na Comarca do Município de Vacaria – RS.

**6.8.3.4** Na hipótese de terem sido eleitos candidatos que guardem qualquer das relações referidas no item 6.8.3.3, terá direito à vaga àquele que tiver obtido maior votação no pleito e, em caso de empate, o que for mais idoso.

**6.8.3.5** Os candidatos eleitos deverão participar de uma capacitação promovida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo os suplentes também convidados a participar, com data e local a ser agendado posteriormente.

# **7. DO CALENDÁRIO**

**7.1** Calendário simplificado da inscrição para o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar

|  |  |
| --- | --- |
| **Data** | **Etapa** |
| **03/04/2023** | Publicação do Edital. |
| **10/04/2023 – 12/05/2023** | Prazo para registro das candidaturas. |
| **15/05/2023** | Publicação, pela CEE, da lista dos candidatos inscrito. |
| **16/05/2023 – 25/05/2023** | Reabertura de inscrições havendo menos de 10 (dez) candidatos inscritos. |
| **26/05/2023** | Publicação, pela CEE, da lista dos candidatos inscrito. |
| **29/05/2023 – 30/05/2023** | Prazo para recurso dos candidatos inabilitados, junto à CEE. |
| **31/05/2023** | Publicação pela CEE com resultados de recurso e lista de candidatos habilitados. |
| **05/06/2023** | Prazo para recurso dos candidatos inabilitados, junto ao COMDICA. |
| **06/06/2023** | Publicação pelo COMDICA com resultados de recurso e lista de candidatos habilitados. |
| **07/06/2023** | Publicação da lista de candidatos habilitados. |
| **09/06/2023 – 12/06/2023** | Prazo para impugnação de candidaturas pela sociedade. |
| **14/06/2023** | Prazo de análise dos Recursos à Plenária do COMDICA |
| **15/06/2023** | Publicação, pelo COMDICA do resultado de análise dos recursos e convocação para a prova. |
| **01/07/2023** | Aplicação da prova escrita – vide anexo I. |
| **03/07/2023** | Divulgação de gabarito de prova |
| **05/07/2023** | Publicação dos resultados da prova com divulgação de notas |
| **06/07/2023 – 07/07/2023** | Prazo para interposição de recursos referente aos resultados de prova |
| **10/07/2023 – 11/07/2023** | Prazo para análises dos recursos interposto |
| **13/07/2023** | Publicação da análise pela CEE dos recursos de prova interpostos com listagem de candidatos habilitados e convocação para Avalição Psicológica |
| **24/07/2023** | Avaliação Psicológica – vide anexo II.  Entrevista coletiva |
| **25/07/2023 – 26/07/2023** | Avaliação Psicológica – vide anexo II.  Entrevistas individuais conforme sorteio |
| **04/08/2023** | Divulgação do resultado da Avaliação Psicológica. |
| **07/08/2023 – 08/08/2023** | Prazo do pedido de reconsideração à CEE. |
| **09/08/2023** | Prazo para deliberação da CEE e publicação das inscrições homologadas. |
| **10/08/2023** | Distribuição do número de identificação do candidato |
| **12/08/2023** | Publicação pelo COMDICA, da homologação das candidaturas. |
| **16/08/2023** | Divulgação dos locais de votação |
| **17/08/2023 – 30/09/2023** | Período de campanha/propaganda eleitoral |
| **05/09/2023** | Credenciamento dos Fiscais |
| **31/08/2023** | Publicação de edital com lista nominal de mesários |
| **01/09/2023 – 05/09/2023** | Prazo para impugnação de mesários |
| **06/09/2023 – 11/09/2023** | Prazo para julgamento pela CEE referente aos mesários. |
| **12/09/2023** | Publicação de edital com lista de mesários definitiva. |
| **28/09/2023** | Encerramento da propaganda eleitoral. |
| **1º/10//2023 /** | Eleição |
| **04/10/2023** | Publicação do resultado da apuração |
| **A definir** | Curso de Formação aos Eleitos. |
| **10/01/2024** | Posse dos Eleitos. |

**7.2** Fica facultada à Comissão Especial e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente promover alterações do calendário proposto neste Edital, que deverá ser amplamente divulgado e sem prejuízo ao processo.

**8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**8.1.** Admitir-se-á um único recurso por candidato para cada instância recursal, em cada fase do processo, sendo que os recursos interpostos em desacordo com as especificações contidas nesta Resolução não serão apreciados.

**8.2** Computar-se-ão os prazos previstos nesta Lei, excluindo o dia do começo e incluindo o do vencimento, correndo os prazos somente em dias úteis.

**8.3** Os prazos somente correrão em dias úteis.

**8.4** Todas as publicações referidas neste Edital serão realizadas no mural situado no átrio da Prefeitura Municipal, mural do Conselho Tutelar e no site oficial do Município na internet.

**8.5** O descumprimento dos dispositivos legais previstos na Lei Municipal nº 220/03 e neste Edital implicará na exclusão do candidato ao pleito.

**8.6** As informações referentes ao processo objeto deste Edital serão prestadas pelos integrantes da Comissão Especial Eleitoral, na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na Rua Dorval Antunes Pereira, nº 950, Centro, em Muitos Capões – RS.

**8.7** Este edital poderá sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não realizadas as eleições, através de Edital complementar a ser publicado nos meios referidos no item “8.4”, cujo conhecimento fica a cargo dos candidatos, não havendo a necessidade de qualquer comunicação pessoal quanto às mesmas.

**8.8** Os casos omissos neste Edital serão dirimidos pela Comissão Especial Eleitoral e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA), que poderá expedir Resoluções acerca do processo eleitoral sempre que se fizer necessário.

Registre-se e Publique-se.

**Muitos Capões, 03 de Abril de 2023.**

**DOUGLAS PINTER MOREIRA**

**Presidente do COMDICA**

**ANEXO I – PROVA ESCRITA - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

**DA PROVA**

**1.1** A Prova Objetiva, de caráter classificatório e eliminatório, constará de 20 (vinte) questões de múltipla escolha com 04 (quatro) alternativas cada questão, dentre as quais somente 01 (uma) estará correta, assim distribuídas:

1. 10 questões sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.
2. 10 questões sobre Língua Portuguesa Básica.
   1. As questões têm o peso de 5 pontos, totalizando 100 pontos.
   2. Será considerado habilitado na prova objetiva o candidato que obtiver aproveitamento igual ou superior a 50.

**DO CONTEÚDO DE PROVA**

**2.1** A prova discorrerá sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei Federal nº 8.069/1990) e alterações posteriores.

**2.2** Língua Portuguesa Básica – Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados. Domínio da ortografia oficial. Emprego de letras. Acentuação gráfica. Classes de palavras: substantivos, adjetivos, verbos, conjunções, preposições, pronomes, advérbios. Reconhecimento e emprego das estruturas morfossintáticas do texto. Relações de concordância entre termos. Sinais de pontuação.

# **DO LOCAL DE PROVA**

A Prova Objetiva será realizada no dia **01/07/2023**, às 8h30, na Escola Municipal de Ensino Fundamental Gina Guagnini.

**DO GABARITO DE PROVA**

Será publicado no dia **03/07/2023** nos espaços oficiais de publicação do Município, inclusive em sua página eletrônica www.muitoscapoes.rs.gov.br

# **DO RESULTADO DE PROVA**

Será publicado no dia **05/07/2023** nos espaços oficiais de publicação do Município, inclusive em sua página eletrônica www.muitoscapoes.rs.gov.br, sendo facultado a interposição de recurso nos termos deste Edital.

**ANEXO II – AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA**

**DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA**

**1.1** A avaliação psicológica será realizada por dois profissionais terceirizados credenciados no Conselho Federal de Psicologia.

**1.2** A avaliação psicológica considerará o perfil profissiográfico do candidato**,** exigido para o desempenho do cargo, no qual constarão os seguintes procedimentos: técnicas e instrumentos científicos autorizados pelo Conselho Federal de Psicologia.

**1.3** Os candidatos que demonstrarem características de personalidade incompatíveis com o perfil profissiográfico do cargo, verificadas por intermédio da avaliação psicológica, serão considerados inaptos.

**1.4** Ao final da avaliação psicológica, o candidato será considerado APTO ou INAPTO para o cargo.

**1.5** A inaptidão na avaliação psicológica não pressupõe a existência de transtornos mentais e comportamentais e indica tão somente que o candidato avaliado não atende o perfil exigido para as funções de Conselheiro Tutelar.

**1.6** Os candidatos aprovados na etapa da Prova Escrita de Conhecimentos Específicos, serão informados por resolução para realizarem a avaliação psicológica.

**1.7** O candidato somente será autorizado a realizar a avaliação psicológica mediante a apresentação do Documento de Identificação com foto original.

**1.8** Não haverá, em hipótese alguma, segunda chamada para Avaliação Psicológica nem sua realização fora do horário e local definido em resolução.

**1.9** A avalição psicológica será dividida em duas etapas, sendo abordagens coletivas (entrevista com todos os candidatos) acerca das capacidades do trabalho em equipe e Entrevista psicológica e anamnese (entrevista particular) acerca das particularidades e coleta de informações pessoais.

**1.9** A Avaliação Psicológica é de caráter eliminatório, e o candidato poderá obter um dos seguintes resultados:

1. APTO – candidato apresentou perfil compatível para o cargo;
2. INAPTO – candidato não apresentou perfil compatível para o cargo;
3. FALTANTE – significando que o candidato não compareceu para Avaliação Psicológica.

**ANEXO III**

**FICHA DE INSCRIÇÃO CANDIDATOS A MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR**

**EDITAL Nº 001/2023**

INSCRIÇÃO Nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

DADOS PESSOAIS

Nome completo: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Data de nascimento: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_\_\_

Nº Carteira de Identidade: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nº CPF: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nº Título de Eleitor: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nacionalidade: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Naturalidade: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Telefone residencial: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Celular: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e-mail: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Endereço: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Tempo de Residência no município: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Escolaridade: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Eu, \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, acima qualificado(a) solicito a inscrição para participar do processo eletivo a membro do Conselho Tutelar e declaro ainda, para efeitos legais, ter ciência dos termos e condições estabelecidos no EDITAL PARA ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE MUITOS CAPÕES/RS – Edital nº 01/2023, bem como na legislação que rege a matéria, tendo juntado a minha inscrição os documentos necessários.

Muitos Capões/RS, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2023.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Assinatura do (a) Candidato (a)

**PROTOCOLO DE INSCRIÇÃO – ELEIÇÃO CONSELHO TUTELAR DE MUITOS CAPÕES/RS**

INSCRIÇÃO Nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Data de inscrição: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_\_\_

NOME: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

ASSINATURA: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

# **ANEXO IV INTERPOSIÇÃO DE RECURSO RELATIVO AO PROCESSO UNIFICADO**

Nome Completo: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nº Inscrição \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Contestação (descrever o objeto da contestação)

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Argumentos (justifique seu pedido e apresente argumentos)

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Fundamentação (apresente fundamentação legal e teórica)

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Anexos (caso existam documentos que devam ser juntados a interposição, nomeie aqui e enumere as páginas na ordem do que foi descrito)

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Muitos Capões/RS, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2023.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Assinatura do (a) Candidato (a)

EXTRATO DE EDITAL Nº 001/2023

Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar

O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA) de Muitos Capões – RS **TORNA PÚBLICA** a abertura de inscrições ao Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar, no período de 10/04 a 12/05/2023, no COMDICA, junto à sede da Prefeitura de Muitos Capões, Rua Dorval Antunes Pereira, nº 950, Centro, para a Eleição de 05 (cinco) Conselheiros Tutelares Titulares e 05 (cinco) Conselheiros Tutelares Suplentes para o Município de Muitos Capões – RS nas Eleições que serão realizadas no dia **01 de Outubro de 2023** para um mandato de 04 (quatro) anos. Edital Completo a disposição dos interessados no COMDICA e no site da Prefeitura Municipal. Maiores informações: fone (54) 3232 5707.

**DOUGLAS PINTER MOREIRA**

**Presidente do COMDICA**

**IMPUGNAÇÃO DE INSCRIÇÃO / CANDIDATURA**

SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL/COMDICA,

Eu, \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, QUALIFICAÇÃO, venho perante esta Comissão/Conselho, com amparo no item “3.5” do Edital Nº 001/2023, apresentar PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO DE INSCRIÇÃO / CANDIDATURA em desfavor do cidadão, [...], postulante a candidato à função de Conselheiro Tutelar no Município de Muitos Capões – RS, em razão dos fatos a seguir:

1. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

2.\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

3.\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Para a comprovação dos fatos alegados, junto os documentos a seguir listados:

1. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

3. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

e/ou

Para a comprovação dos fatos alegados, arrolo as testemunhas a seguir listadas, com o respectivo endereço para notificação:

1.\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

2.\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

3.\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Muitos Capões/RS, em \_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_\_.

Assinatura

**IMPUGNAÇÃO DE MESÁRIO**

SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL/COMDICA,

Eu, \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, QUALIFICAÇÃO, venho perante esta Comissão/Conselho, com amparo no item “6.3” do Edital 001/2023, apresentar PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO DE MESÁRIO em desfavor do cidadão, [...], convocado para atuar nas eleições para Conselheiro Tutelar, em razão dos fatos a seguir:

1. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

2.\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

3.\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Para a comprovação dos fatos alegados, junto os documentos a seguir listados:

1. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

3. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

e/ou

Para a comprovação dos fatos alegados, arrolo as testemunhas a seguir listadas, com o respectivo endereço para notificação:

1.\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

2.\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

3.\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Muitos Capões/RS, em \_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_\_.

Assinatura

**RECURSOS**

SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL/COMDICA,

Eu, \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, QUALIFICAÇÃO, inscrito(a) no PROCESSO DE ESCOLHA PARA CONSELHEIROS TUTELARES conforme Edital nº 001/2023, sob o nº [...], venho, muito respeitosamente, recorrer do(a) [...], pelos seguintes motivos:

1. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

2.\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

3.\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Para a comprovação dos fatos alegados, junto os documentos a seguir listados:

1. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

3. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

e/ou

Para a comprovação dos fatos alegados, arrolo as testemunhas a seguir listadas, com o respectivo endereço para notificação:

1.\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

2.\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

3.\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Ante o exposto, solicito revisão da decisão [...].

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Muitos Capões/RS, em \_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_\_.

Assinatura

**COMUNICADO DE PROPAGANDA IRREGULAR**

SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL/COMDICA,

Eu, \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, QUALIFICAÇÃO, venho, muito respeitosamente, comunicar a ocorrência de propaganda irregular de parte do candidato \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, conforme os fatos narrados a seguir:

1. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

2.\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

3.\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Para a comprovação dos fatos alegados, junto os documentos a seguir listados:

1. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

3. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

e/ou

Para a comprovação dos fatos alegados, arrolo as testemunhas a seguir listadas, com o respectivo endereço para notificação:

1.\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

2.\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

3.\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Ante o exposto, solicito a tomada das providências cabíveis.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Muitos Capões/RS, em \_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_\_.

Assinatura